

**EDUCAÇÃO NO BRASIL: FORMULAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E CONDICIONANTES
DA QUALIDADE DO ENSINO**

**EDUCATION IN BRAZIL: FORMULATION, IMPLEMENTATION, AND CONDITIONING
FACTORS OF EDUCATION QUALITY**

**EDUCACIÓN EN BRASIL: FORMULACIÓN, IMPLEMENTACIÓN Y FACTORES
CONDICIONANTES DE LA CALIDAD EDUCATIVA**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n6-317>

Data de submissão: 27/05/2025

Data de publicação: 27/06/2025

Lucimar Perondi

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar
Instituição: Universidade Federal de Rondônia
Endereço: Porto Velho – Rondônia, Brasil
E-mail: lucimarerondi592@gmail.com

Lucas Ferreira de Brito

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar
Instituição: Universidade Federal de Rondônia
Endereço: Porto Velho – Rondônia, Brasil
E-mail: lucasbritoweb@gmail.com

Carla Adriane Rodrigues Botelho

Mestra em Educação Escolar pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar
Instituição: Universidade Federal de Rondônia
Endereço: Porto Velho – Rondônia, Brasil
E-mail: carlaadrianeb@hotmail.com

Clarides Henrich de Barba

Doutor em Educação Escolar pela Universidade Federal de Rondônia
Professor no Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar
Instituição: Universidade Federal de Rondônia
Endereço: Porto Velho – Rondônia, Brasil
E-mail: clarides@unir.br

Ariel Adorno de Sousa

Doutor em Física pela Universidade Federal do Ceará
Professor no Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar
Instituição: Universidade Federal de Rondônia
Endereço: Porto Velho – Rondônia, Brasil
E-mail: ariel.adorno@unir.br

Aprígio dos Santos Vieira Filho
Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar
Instituição: Universidade Federal de Rondônia
Endereço: Porto Velho – Rondônia, Brasil
E-mail: aprigio@unir.br

RESUMO

O presente artigo analisa o sistema educacional brasileiro a partir de uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e documental. São discutidos os processos de formulação, implementação e avaliação das políticas educacionais no Brasil, com ênfase nas contradições e condicionantes que interferem na garantia do direito à educação. A partir da análise de autores como Foucault (1979), Souza (2007), Xavier (1992), Oliveira (2006), Freire (2014), bem como de documentos legais, argumenta-se que a noção de qualidade da educação permanece em disputa, sendo influenciada por interesses diversos e por assimetrias institucionais. Observa-se que, apesar da existência de mecanismos legais e programáticos, persistem desigualdades regionais, fragilidades na gestão descentralizada e desarticulação entre os níveis federativos. Conclui-se que o fortalecimento das capacidades locais, a escuta da comunidade escolar e a valorização dos profissionais da educação são elementos centrais para a efetividade das políticas educacionais. A educação, enquanto direito social, demanda ações articuladas e sustentadas que contemplam as especificidades territoriais e promovam equidade educacional.

Palavras-chave: Educação. Qualidade da Educação. Equidade Educacional. Equidade.

ABSTRACT

This article analyzes Brazilian educational system through a qualitative approach based on bibliographic and documentary review. It discusses the processes of formulation, implementation, and evaluation of educational policies in Brazil, with emphasis on the contradictions and conditioning factors that influence the guarantee of the right to education. Based on the analysis of authors such as Foucault (1979), Souza (2007), Xavier (1992), Oliveira (2006), Freire (2014), and official documents, the article argues that the notion of education quality remains under dispute, influenced by divergent interests and institutional asymmetries. Despite the existence of legal and programmatic mechanisms, regional inequalities, weaknesses in decentralized management, and disarticulation among federal levels persist. It is concluded that strengthening local capacities, listening to the school community, and valuing education professionals are central elements for the effectiveness of educational policies. Education, as a social right, demands articulated and sustained actions that consider territorial specificities and promote educational equity.

Keywords: Education. Education Quality. Educational Equity. Equity.

RESUMEN

El presente artículo analiza lo sistema educacional brasileño desde un enfoque cualitativo, fundamentado en revisión bibliográfica y documental. Se discuten los procesos de formulación, implementación y evaluación de las políticas educativas en Brasil, con énfasis en las contradicciones y factores condicionantes que interfieren en la garantía del derecho a la educación. A partir del análisis de autores como Foucault (1979), Souza (2007), Xavier (1992), Oliveira (2006), Freire (2014), así como de documentos legales, se argumenta que la noción de calidad de la educación sigue siendo objeto de disputa, influida por diversos intereses y asimetrías institucionales. Se observa que, a pesar de la existencia de mecanismos legales y programáticos, persisten desigualdades regionales, fragilidades en la gestión descentralizada y desarticulación entre los niveles federativos. Se concluye

que el fortalecimiento de las capacidades locales, la escucha activa de la comunidad escolar y la valorización de los profesionales de la educación son elementos centrales para la efectividad de las políticas educativas. La educación, como derecho social, requiere acciones articuladas y sostenidas que contemplen las especificidades territoriales y promuevan la equidad educativa.

Palabras clave: Educación. Calidad de la Educación. Equidad Educativa. Equidad.

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas educacionais constituem um campo de estudo e prática que reflete diretamente a dinâmica das relações entre Estado e sociedade. Pensar a qualidade da educação no Brasil requer compreender o processo histórico, social e político que conforma a atuação do Estado diante da garantia do direito à educação.

A Constituição Federal de 1988, no artigo 205, estabelece que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. A partir desse princípio, configura-se um conjunto de diretrizes que orientam a formulação de políticas públicas voltadas para o acesso, a permanência e o desenvolvimento pleno dos sujeitos no espaço escolar.

A noção de política, nesse contexto, não se limita a práticas partidárias, mas se insere como uma ação deliberada e institucionalmente organizada para enfrentar demandas sociais.

A política pode ser compreendida como um exercício constante de escolhas diante de conflitos, sejam eles interpessoais ou estruturais (Foucault, 1979). Assim, a política pública educacional emerge como resposta governamental a problemas percebidos no campo da educação, sendo moldada por interesses, disputas e negociações entre distintos atores sociais.

A discussão sobre políticas educacionais no Brasil remonta a períodos de profundas transformações institucionais. A universalização do ensino fundamental, a obrigatoriedade da educação infantil e a valorização do magistério são marcos que refletem avanços no campo legal e programático.

Contudo, tais avanços convivem com desafios históricos relacionados à desigualdade de acesso, à baixa qualidade do ensino, à insuficiência de financiamento e à carência de infraestrutura e formação docente adequada.

Nesse cenário, torna-se necessário refletir sobre os fundamentos, os mecanismos e os limites das políticas públicas educacionais, considerando o papel do Estado, dos entes federativos, da sociedade civil e das condições concretas dos sujeitos da educação.

Dessa forma, a presente pesquisa busca compreender como as políticas públicas educacionais são formuladas, implementadas e avaliadas no contexto brasileiro, com foco na articulação entre diretrizes nacionais e condições locais de efetivação. Pretende-se discutir os principais desafios relacionados à qualidade da educação e identificar os limites e possibilidades de transformação do sistema educacional por meio da ação estatal. Para isso, recorre-se a uma abordagem teórico-metodológica que considera a política como campo de disputa e a educação como direito social.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão do papel do Estado na regulação da educação é um dos eixos centrais da discussão, envolvendo reflexões sobre o conceito de política, a estrutura do ciclo de políticas públicas, a tipologia das ações estatais e os princípios que orientam a justiça social e a equidade educacional (Secchi, 2014).

No que se refere à noção de política, Foucault (1979) propõe uma compreensão ampliada, segundo a qual o exercício da política não se limita à esfera institucional, mas se desdobra em múltiplas relações de poder presentes nas interações sociais cotidianas.

Nesse sentido, a política se manifesta por meio de dispositivos de regulação, controle e subjetivação, o que implica reconhecer a educação como espaço privilegiado de disputa por significados, valores e formas de condução da vida social.

Assim, compreender a política educacional exige atentar não apenas para os instrumentos normativos, mas também para as estratégias de governamentalidade que organizam o campo educacional.

Complementarmente, Souza (2006) indica que as políticas públicas constituem um campo de estudo específico que busca compreender os processos de tomada de decisão estatal diante de problemas públicos.

A autora define política pública como "o campo de conhecimento que se ocupa da relação entre o Estado e a sociedade civil, expressa no conjunto de programas, ações e decisões voltadas para a resolução de problemas coletivos".

Essa abordagem permite compreender a política educacional como um processo multifacetado que envolve agenda, formulação, implementação, monitoramento e avaliação.

Ainda de acordo com Souza (2006), a formulação de políticas públicas envolve a articulação entre diversos atores sociais, incluindo gestores, burocracias, grupos de interesse, movimentos sociais e organismos multilaterais.

A multiplicidade de agentes que interferem no ciclo da política desafia a ideia de um processo linear e tecnocrático, destacando a importância da negociação, da mediação de conflitos e da produção de consensos parciais.

Isso se reflete diretamente nas políticas educacionais, que passam a incorporar tanto as demandas sociais por equidade quanto os interesses econômicos de ajuste fiscal e racionalização de gastos.

No campo educacional, Saviani (2007) propõe uma leitura histórico-crítica que destaca o papel da educação como mediação entre a estrutura social e a formação dos sujeitos.

A concepção de pedagogia histórico-crítica parte do princípio de que a escola deve oferecer aos alunos os conhecimentos historicamente sistematizados, permitindo-lhes compreender e transformar a realidade em que vivem.

A política educacional, nesse sentido, não pode estar dissociada do projeto de sociedade que se pretende construir, sendo necessário considerar o papel formativo da escola na constituição da cidadania e na construção da democracia.

Neste cenário, Xavier et al. (1992) desenvolveram o conceito de Padrões Mínimos de Oportunidades Educacionais (PMOE), associando-o aos princípios de equidade e eficiência.

A proposta consiste em definir um conjunto de insumos e condições básicas que devem ser garantidos a todas as escolas, independentemente de sua localização ou clientela atendida. Esse modelo contrasta com visões que associam qualidade exclusivamente a resultados de avaliações padronizadas, pois incorpora aspectos relacionados ao acesso, à permanência e ao desenvolvimento integral dos estudantes.

Autores como Oliveira (2007) e Cunha (2007) ressaltam, ainda, os limites estruturais da política educacional brasileira, marcados por desigualdades regionais, instabilidade institucional e insuficiência de financiamento.

Essas características impõem desafios à implementação de políticas universalistas e exigem maior atenção às especificidades locais e às estratégias de gestão democrática e participativa.

Tais autores também destacam que as reformas educacionais empreendidas a partir da década de 1990 foram fortemente influenciadas por organismos internacionais e pautadas em princípios de racionalização, responsabilização e avaliação por desempenho.

Freire (2014) enfatiza a educação como prática da liberdade. Desta forma, toda política educacional deve estar comprometida com o reconhecimento da cultura dos oprimidos e com a construção de práticas pedagógicas dialógicas.

A política educacional, nesse viés, deve promover a escuta ativa dos sujeitos envolvidos no processo educativo, reconhecendo suas experiências e saberes como ponto de partida para a formulação de estratégias pedagógicas e administrativas (Perondi et al., 2014).

Desta forma, a fundamentação teórica aqui apresentada, portanto, contribui para a construção de uma leitura ampliada das políticas educacionais brasileiras, ancorada na análise das relações de poder, nos princípios de justiça social e na defesa da educação como direito social.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, com base em revisão bibliográfica e

documental. Foram analisadas obras de autores clássicos e contemporâneos do campo da educação e das políticas públicas, como Freire (2014), Saviani (2007), Souza (2006), Cunha (2007), entre outros, bem como documentos legais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/1996), além de programas federais e dados de financiamento educacional. Essa revisão permitiu identificar e sistematizar os elementos estruturantes das políticas educacionais no contexto brasileiro.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos dados documentais e bibliográficos revela que a política educacional brasileira se estrutura de modo heterogêneo e fragmentado, ainda que baseada em diretrizes constitucionais e legais que asseguram o direito à educação.

Tal heterogeneidade se expressa tanto nas diferentes formas de organização dos sistemas de ensino quanto nas distintas capacidades de formulação e execução de políticas entre os entes federativos. O processo de descentralização, embora previsto na Constituição de 1988, ainda encontra dificuldades práticas, notadamente nos municípios de pequeno porte e em regiões com menor capacidade fiscal e técnica.

A existência de políticas redistributivas, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), mostra-se um avanço no financiamento da educação. Contudo, as desigualdades regionais e locais persistem, afetando diretamente a qualidade do ensino. A fragilidade na infraestrutura, a rotatividade de professores, a insuficiência de recursos pedagógicos e a ausência de políticas de formação continuada comprometem a efetividade das políticas nacionais, sobretudo nas redes municipais.

A distribuição de recursos por meio de programas federais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) revela o esforço do Estado em prover condições mínimas para o funcionamento das unidades escolares.

Entretanto, a gestão desses programas, muitas vezes, se dá de maneira burocrática e sem articulação com as necessidades locais, dificultando a adaptação das políticas às realidades específicas das escolas.

Outro ponto relevante é a influência de organismos internacionais na formulação de políticas educacionais brasileiras, especialmente no que se refere à agenda da qualidade e à ênfase na avaliação por resultados. A adoção de sistemas nacionais de avaliação, como o IDEB, tem gerado disputas entre concepções pedagógicas e modelos gerenciais de educação.

Enquanto tais instrumentos contribuem para a visibilidade dos indicadores educacionais, há o risco de que promovam uma padronização dos processos de ensino e aprendizagem, desconsiderando as diversidades socioculturais dos sujeitos da educação.

A literatura também aponta para o protagonismo de atores políticos e parlamentares na proposição de projetos voltados para a melhoria da educação. Destacam-se iniciativas legislativas que tratam do transporte escolar, da valorização docente e da inclusão digital, especialmente nas regiões Norte e Nordeste.

Os Planos Nacionais de Educação (PNE) constituem um marco relevante para o planejamento educacional. Apesar de suas metas expressarem compromissos com a universalização, equidade e qualidade da educação, os relatórios de monitoramento indicam baixos índices de cumprimento.

Isso revela o descompasso entre planejamento e execução, evidenciando a necessidade de fortalecimento dos mecanismos de acompanhamento, participação social e responsabilização pública.

A partir da análise realizada, observa-se que a noção de qualidade da educação permanece em disputa, sendo tensionada por diferentes atores e interesses.

Enquanto algumas abordagens reduzem a qualidade a parâmetros quantitativos de desempenho, outras compreendem a qualidade como resultado da garantia de condições estruturais, valorização dos profissionais da educação, democratização da gestão e respeito às especificidades locais e culturais.

Portanto, os resultados indicam que a efetividade das políticas públicas educacionais no Brasil depende da articulação entre formulação e implementação, do fortalecimento das capacidades institucionais locais, da escuta ativa da comunidade escolar e da superação das desigualdades históricas.

5 CONCLUSÃO

As análises realizadas ao longo deste estudo evidenciam que as políticas públicas educacionais no Brasil são atravessadas por um conjunto de contradições, disputas e assimetrias institucionais que interferem diretamente na concretização do direito à educação.

A multiplicidade de atores envolvidos na formulação e na implementação das políticas revela um campo tensionado entre interesses diversos, muitas vezes conflitantes, o que repercute na fragmentação das ações e na dificuldade de alcançar os objetivos estabelecidos nas normativas legais e nos planos nacionais.

A partir da literatura analisada, observa-se que a noção de qualidade educacional ainda carece de maior delimitação conceitual e operativa por parte das políticas públicas nacionais.

Embora haja avanços na institucionalização de mecanismos de avaliação, planejamento e monitoramento, tais instrumentos nem sempre conseguem dialogar com as realidades concretas das escolas brasileiras, especialmente daquelas localizadas em regiões periféricas e com baixos indicadores socioeconômicos.

A padronização de metas, a centralização de indicadores e a insuficiência de participação dos sujeitos escolares comprometem a efetividade das políticas voltadas à promoção da equidade.

A descentralização da gestão educacional, prevista constitucionalmente, não tem sido acompanhada de medidas que possam garantir o fortalecimento das capacidades administrativas e financeiras dos municípios.

O resultado é a ampliação das desigualdades entre redes e escolas, o que impõe desafios adicionais à universalização do acesso e à garantia da permanência com aprendizagem.

A existência de programas redistributivos, como o Fundeb, representa importante mecanismo de compensação, mas ainda se mostra insuficiente diante das demandas de infraestrutura, formação docente e valorização profissional.

A análise evidenciou que o ciclo das políticas públicas educacionais requer maior articulação entre seus momentos constitutivos: formulação, implementação e avaliação.

Há uma descontinuidade entre esses momentos, gerando ações pontuais, desarticuladas e com baixa capacidade de transformação estrutural.

Essa constatação reforça a necessidade de se investir em mecanismos de planejamento territorializado, com escuta qualificada dos sujeitos escolares e das comunidades, bem como em estratégias de governança colaborativa e democrática.

A política educacional deve ser compreendida como uma prática histórica e situada, cuja efetividade depende da articulação entre diferentes dimensões: política, técnica, pedagógica e financeira.

Nesse sentido, cabe ao Estado assumir seu papel de garantidor do direito à educação, superando lógicas de gestão centradas na racionalização e na responsabilização individual.

É importante promover ações que reconheçam a diversidade dos territórios, incentivem a formação crítica dos profissionais da educação e assegurem condições institucionais para o desenvolvimento de propostas pedagógicas contextualizadas.

Desta forma, campo das políticas públicas educacionais brasileiras continua sendo um espaço em disputa, no qual se fazem presentes tanto avanços normativos quanto limitações estruturais e conjunturais.

Para que essas políticas contribuam efetivamente com a melhoria das condições educacionais do país, é fundamental que se reconheça a educação como um direito social, indissociável dos princípios de justiça, igualdade e participação.

O fortalecimento das instituições públicas, a valorização dos profissionais da educação e o engajamento ativo da sociedade civil constituem caminhos indispensáveis para a construção de uma política educacional orientada à transformação social.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- CUNHA, Luiz Antônio. A universidade temporâ: o ensino superior da Colônia à era de Vargas. São Paulo: UNESP, 2007.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade. Política educacional no Brasil: limites e perspectivas. Revista Brasileira de Educação, n. 34, p. 34–43, 2006.
- PERONDI, L.; BARBA, C. H. de; BRITO, L. F. de; SOUSA, A. A. de; SOARES, H. dos S. Pesquisação na prática pedagógica docente: reflexões e processos. CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES, [S. l.], v. 17, n. 10, p. e12193, 2024. DOI: 10.55905/revconv.17n.10-484. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/12193>. Acesso em: 23 maio. 2025.
- SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.
- SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.
- SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20–45, jul./dez. 2006.
- XAVIER, Libânia Nacif et al. Padrões mínimos de oportunidades educacionais: uma proposta. Cadernos de Pesquisa, n. 80, p. 63–72, 1992.